



CRM-AC
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ACRE

**CIRCULAR AOS DIRETORES TÉCNICOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO ESTADO DO ACRE
ABORDAGENS ABUSIVAS DE PARLAMENTARES EM UNIDADES DE SAÚDE:
CONDUTAS RECOMENDADAS**

1. Contextualização:

Nos últimos meses, têm sido observadas práticas de fiscalização não convencionais, onde parlamentares têm promovido ingressos em instituições hospitalares, por vezes de forma midiática e desrespeitosa. Nesta ordem, é fundamental que os diretores técnicos das unidades de saúde tenham conhecimento sobre as condutas recomendadas diante do uso abusivo das prerrogativas políticas.

2. Diretrizes Gerais - Constitucionalidade e Legislação:

A atuação dos parlamentares em fiscalizações deve estar pautada em formalidades que respeitem os direitos dos profissionais e pacientes.

A Constituição Federal de 1988, traz em seu art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: inciso X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Esta é norma de reprodução obrigatória para Estados e Municípios.

Neste sentido, é importante ressaltar julgado do STF na ADI 282 - MT (05-11-2019) que declarou inconstitucional a expressão “através de qualquer de seus membros ou Comissões” no âmbito da competência da Assembleia Legislativa para fiscalizar e controlar atos do poder executivo.

 <p>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</p> <hr/> <p>CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO Promulgada em 05 de outubro de 1989 - D.O. 18/10/1989.</p>
<p>Art. 26 É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:</p>
<p>VIII - fiscalizar e controlar, diretamente, através de quaisquer de seus membros ou Comissões, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta; (<u><i>Expressão “através de quaisquer de seus membros ou Comissões” declarada inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, pela ADI nº 282-1, julgada em 05/11/2019, publicada no DJE em 28/11/2019</i></u>)</p>

fonte: <https://storage.al.mt.gov.br/api/v1/download/default/746344>; último acesso: 22 Maio 2025.
<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1499893>; último acesso: 22 Maio 2025.

Assim, cristalino está que fiscalização é uma prerrogativa institucional e não do parlamentar individualmente considerado. A Constituição Federal garante o sigilo médico e o respeito ao exercício da profissão, tendo os Conselhos de Medicina, a responsabilidade de receber



e apurar denúncias referentes ao exercício da Medicina. bem como o Artigo 154 do Código Penal, que regem:

Código de Ética Médica

Capítulo IX: Segredo médico

É vedado ao médico:

Artigo 103 – Revelar segredo profissional referente a paciente menor de idade, inclusive a seus pais ou responsáveis legais, desde que o menor tenha capacidade de avaliar seu problema e de conduzir-se por seus próprios meios para solucioná-lo, salvo quando a não revelação possa acarretar danos ao paciente.

Código Penal

Artigo 154 - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

O previsto na **Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD**, que controla a privacidade e o uso/tratamento de dados pessoais dos médicos e pacientes, nos termos do Artigo 17, que rege:

Artigo 17 - Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.

E, conforme a Emenda Constitucional 115/2022 - art. 5º, inc. LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Logo, os parlamentares individualmente considerados não são dotados de prerrogativa fiscalizatória técnica (médica) ou clínica, tampouco de prerrogativa para realizar filmagens, coleta de depoimentos médicos ou acesso a prontuários.

É dever dos parlamentares acompanhar e supervisionar a atuação do Poder Executivo, principalmente em relação ao cumprimento das leis e da boa aplicação dos recursos públicos, cuidando da aplicação dos recursos e observando o orçamento.

Desta feita, notícias dos episódios recentes além de configurar falta de decoro parlamentar, proporcionam um desserviço à população, aos médicos e funcionários em geral.

3. DA COMPETÊNCIA DOS DIRETORES TÉCNICOS

De acordo com a Resolução CFM nº 2.147/2016, compete ao Diretor Técnico:

- Assegurar a ordem, segurança e o funcionamento ético da unidade de saúde;
- Garantir ambiente adequado para a prática médica, sem interferências externas;
- Proteger os profissionais e os pacientes de exposições indevidas;
- Adotar medidas cabíveis em caso de condutas abusivas, comunicando o CRM-AC.



- Obediência aos Deveres Éticos: Os diretores técnicos devem assegurar que as descrições das atividades médicas em seus serviços atendam às demandas éticas estabelecidas pelo Código de Ética Médica. Isso inclui a proteção do sigilo dos prontuários e informações dos pacientes, que não podem ser atualmente acessadas sem autorização ou em condições que não respeitem a privacidade.

4. AÇÕES RECOMENDADAS

a) **ANTES OU DURANTE ABORDAGENS INDEVIDAS:**

- Explicar que o ingresso nesses ambientes depende de autorização formal e respeito ao sigilo médico;
- Solicitar identificação e justificativa oficial do parlamentar;
- Registrar o nome do agente, horário, local e motivo da visita.

b) **SE HOUVER CONSTRANGIMENTO OU EXPOSIÇÃO:**

- Lavar relatório escrito da ocorrência no livro da Instituição de saúde, com assinatura das testemunhas;
- Registrar Boletim de Ocorrência em delegacia, preferencialmente ainda no plantão.
- Conduzir o agente à área administrativa e informar o fato à Gerência do Hospital;
- Acionar, se necessário, a autoridade policial;

c) **RELATAR AO CRM-AC:**

- Encaminhar relatório completo e documentação (fotos, vídeos, relatos) ao e-mail institucional juridico@crmac.org.br e nomear o assunto “violação das prerrogativas médicas” para que seja encaminhada a Comissão de Defesa das Prerrogativas Médicas a fim de acompanhamento do caso.

5. **CONDUTAS PROIBIDAS**

- Filmagens, transmissões ou registros audiovisuais **não autorizados**;
- Fornecimento de informações sobre pacientes, mesmo informalmente;
- Acesso a prontuários, prescrições ou documentos clínicos sem ordem judicial;
- Prover declarações ou gravações com conteúdo político, sensacionalista ou fora do interesse institucional.

Cabe aos médicos e diretores técnicos médicos preservar a ética, o sigilo e a dignidade do exercício profissional, atuando com zelo e responsabilidade.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre se coloca à disposição para qualquer informação adicional que se fizer necessária.

Dra. Leuda Maria da Silva Dávalos
Presidente
CRM/AC

Dra. Ana Maria C. Carvalho
Coordenadora -Comissão de Prerrogativas
Médicas– CRM/AC